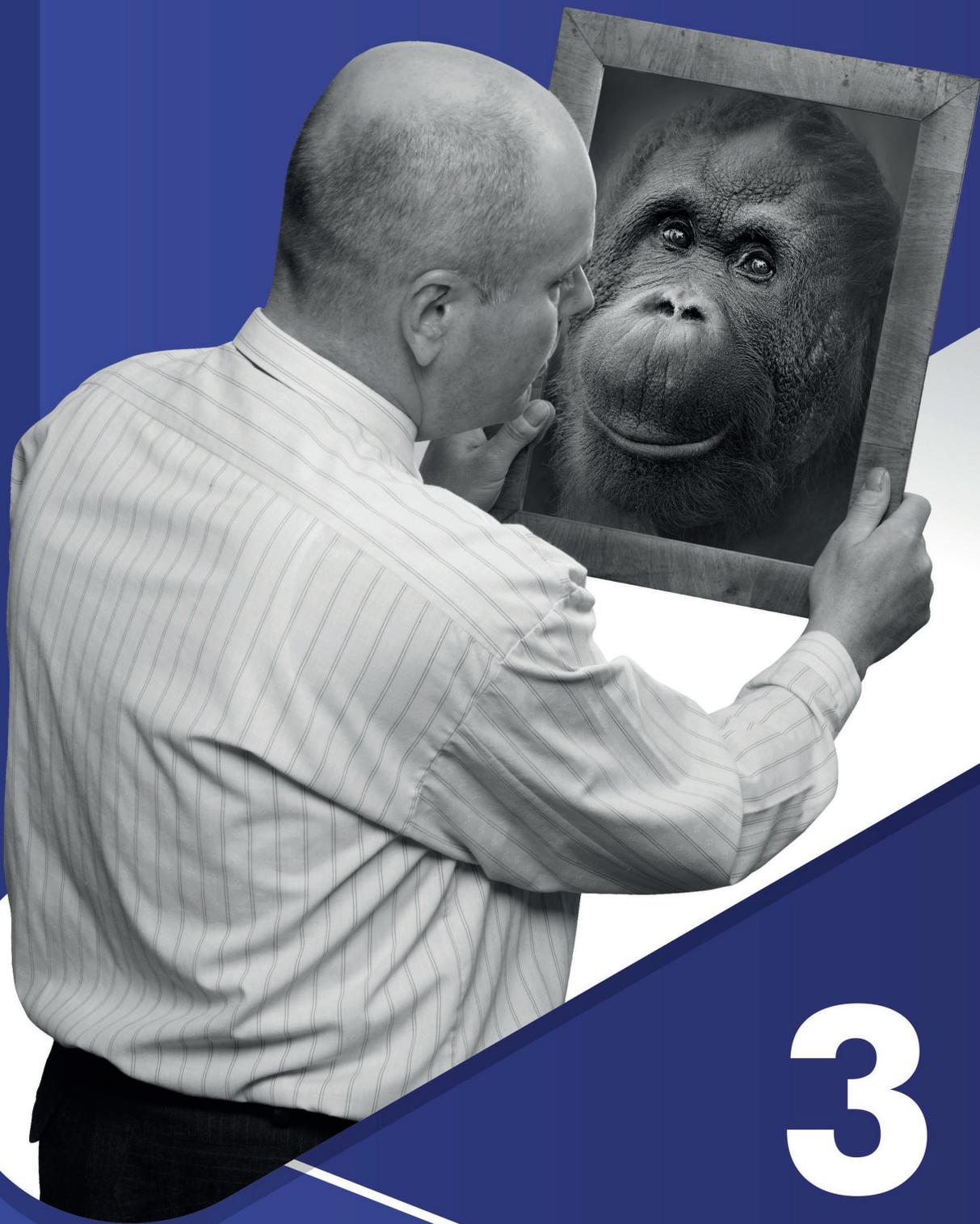


SOCIOLOGIA



3



SISTEMA
DE ENSINO



SOCIOLOGIA

Volume 3 - 1ª Edição

Goiânia
AP360° EDUCACIONAL
2019

SUMÁRIO

FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA	7
A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA	7
O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA	8
O DARWINISMO SOCIAL	9
O EVOLUCIONISMO E OS ESTUDOS DA SOCIEDADE	10
SOCIOLOGIA CLÁSSICA	12
LEI DOS TRÊS ESTADOS	13
OS TIPOS DE PUNIÇÃO	15
AS FORMAS DE SOCIEDADE	16
O MUTIRÃO É UM EXEMPLO DE SOLIDARIEDADE MECÂNICA	16
SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	16
A SUPERPOPULAÇÃO	16
O QUE É UM FATO SOCIAL?	19
O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	21
A SOFISTICAÇÃO DA MAIS VALIA ATRAVÉS DA INDUSTRIALIZAÇÃO	22
A IDEOLOGIA E A ALIENAÇÃO	23
90 ANOS DO MANIFESTO COMUNISTA	24
A POSIÇÃO ENTRE A CONCEPÇÃO MATERIALISTA E A IDEALISTA	25
O MÉTODO COMPREENSIVO	26
A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO	27
O ESPÍRITO DO CAPITALISMO	28
EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO	30
GABARITO	32



FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA

INTRODUÇÃO

O progresso científico é um fator fundamental para o desenvolvimento de uma determinada sociedade. Por isso é muito importante o investimento no conhecimento que com toda certeza é o grande patrimônio de um povo, país ou sociedade. Não existe crescimento se não houver mecanismos que motivem os indivíduos para a maturação das suas potencialidades.

Somente através da ciência social – a sociologia é uma ciência social por excelência – é possível detectar os problemas que afligem e comprometem o bom andamento das relações sociais. Mas o papel principal da sociologia não é apenas o de identificar os entraves sociais, mas, sobretudo, o de apontar as saídas para sanar tais dificuldades. O papel do sociólogo é o de encontrar os caminhos que podem tornar uma sociedade mais justa, humana e solidária. Claro que nessa empreitada a sociologia não está só. É necessária uma parceria multidisciplinar com outras áreas do conhecimento. A sociologia é uma ciência que transita e dialoga com outras tantas ciências como, por exemplo: a história, a antropologia, a geografia, com as ciências humanas de uma forma geral. Mas ela também estabelece relação com outras áreas do conhecimento como a biologia. Não é de se estranhar que as primeiras teorias sociológicas foram profundamente influenciadas pela teoria do evolucionismo darwiniano.

Um povo consciente do seu papel para estabelecer relações sociais que promovam o ser humano e que estabeleça mecanismo de organização social tem que reconhecer a importância da ciência social como caminho fundamental para tal objetivo. É necessário preparar o indivíduo para viver em sociedade, respeitando as diferenças, a diversidade e convivendo de forma mais coletiva. Para isso, é essencial o investimento no capital humano, dando-lhe suporte de conhecimento para que esses indivíduos possam compreender, criticamente, a sociedade em que vivem.

A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA

Agimos num meio social que influencia profundamente nossa maneira de sentir e ser em relação a nós mesmos e ao mundo que nos cerca, como nós vemos e percebemos os acontecimentos, como agimos e pensamos, e onde e a que distância podemos ir na vida. Às vezes, a limitação é óbvia, até mesmo opressiva e enfraquecedora; muito frequentemente é sutil e até mesmo despercebida. Entretanto, ela está constantemente moldando nossos pensamentos, sentimentos e ações. Examine a situação de um aluno de faculdade. Há grandes valores culturais e crenças que enfatizam a importância da educação e, desse modo, forçam os alunos a perceber e acreditar que eles devem ir à faculdade. Para alguns, há pressões e expectativas dos pais, tornando as pressões para ir à escola ainda maiores. Há limitações da própria escola – presença, fichas de leitura, provas – definindo o que se pode fazer. Há pressões de classe social – quanto dinheiro se tem para gastar –, que determinam se um aluno deve também trabalhar enquanto vai à escola. E, se o trabalho é necessário, há limitações do próprio local de trabalho, bem como os problemas de horário e conciliação entre escola e trabalho. A própria esposa e os filhos da pessoa podem limitá-la a um horário apertado. Existem as restrições de economia e mercado de trabalho que afetam as decisões dos alunos sobre seus principais objetivos de carreira acadêmica e de vida. As políticas governamentais que afetam os fundos públicos para os alunos (empréstimos, doações, bolsas de estudos para pesquisas) e para a faculdade ou universidade como um todo. Essas restrições governamentais e econômicas são, por sua vez, amarradas à política econômica mundial como balanças da autoridade geopolítica e do comércio econômico. Há um ponto que está claro: todos nós vivemos numa teia complexa de causas que dita muito do que vemos, sentimos e fazemos. Nenhum de nós é totalmente livre; na verdade, podemos escolher nosso caminho na vida cotidiana, mas nossas opções são sempre limitadas. Isso reforça a ideia sociológica de que o homem é produto e produtor de sua cultura. Ele constrói o seu meio e é por este construído. A sociologia examina essas limitações e, como tal, é uma área muito ampla, pois estuda todos os símbolos culturais que os seres humanos criam e usam para interagir e organizar a sociedade; ela explora todas as estruturas sociais que ditam a vida social, examina todos os processos sociais, tais como desvio, crime, divergência, conflitos, migrações e movimentos sociais, que fluem através da ordem estabelecida socialmente; e busca entender as transformações que esses processos provocam na cultura e estrutura social.

(TURNER, J. H. *Sociologia: conceitos e aplicações*)

O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA



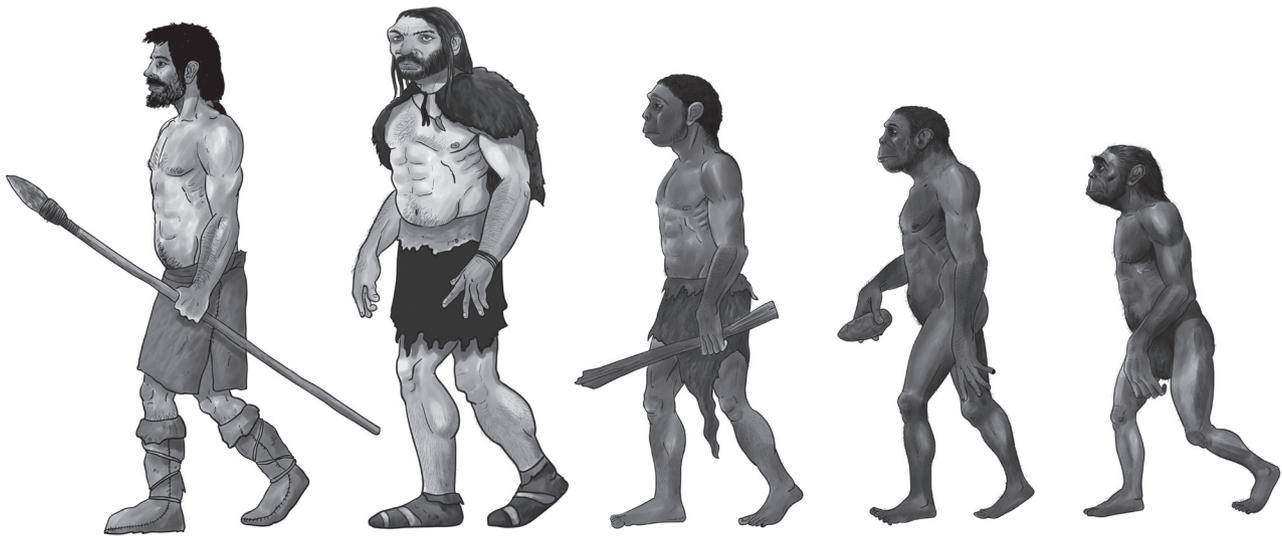
O surgimento da sociologia como ciência ocorreu no século XIX. Porém, podemos afirmar que o seu surgimento está associado a alguns acontecimentos dos séculos anteriores, como por exemplo, o Movimento Iluminista, a Revolução Francesa e a Revolução industrial. Esses fatos foram marcantes para que a sociedade europeia fosse estudada à luz da ciência. Então o que era pensamento social entre os pensadores anteriores, transformou-se em ciência com os clássicos da sociologia: Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx.

A sociedade europeia, na transição do século XVIII para o século XX, tornou-se muito mais complexa se comparada à sociedade medieval. As revoluções burguesas ditaram um novo ritmo para as novas formas de relação social, as instituições tradicionais foram obrigadas a se adaptarem aos novos valores sociais, por isso tiveram que rever o seu papel perante a sociedade. Nessa nova sociedade, a vida passou a ser organizada entorno do capital e das relações econômicas. O sistema capitalista entra na história econômica, rompendo as fronteiras geográficas e transformando o vasto mundo numa aldeia global. É para essa nova sociedade que a sociologia vai se voltar, colocando-a como objeto de estudo, extraindo novas interpretações acerca dos indivíduos e das suas relações com o outro.



JOVENS TRABALHANDO NA SALA DE FIAÇÃO DA CORNELL MILL, EM FALL RIVER, MASSACHUSETTS. JANEIRO 1912. FOTO DE LEWIS HINE.

O DARWINISMO SOCIAL



A EXPRESSÃO: LUTA PELA EXISTÊNCIA, EMPREGADA NO SENTIDO FIGURADO

Devo fazer notar que emprego o termo luta pela existência no sentido geral e metafórico, o que implica as relações mútuas de dependência dos seres organizados, e, o que é mais importante, não somente a vida do indivíduo, mas a sua aptidão e bom êxito em deixar descendentes. Pode certamente afirmar-se que dois animais carnívoros em tempo de fome, lutam um com o outro em busca de alimentos necessários à sua existência. Mas chegar-se-á a dizer que uma planta, à beira de um deserto, luta pela existência contra a falta de água, posto que fosse mais exato dizer que a sua existência depende da umidade. Poder-se-ia dizer com mais exatidão que uma planta, que produz anualmente um milhão de sementes, das quais uma, em média, chega a desenvolver-se e a amadurecer por seu turno, luta com as plantas da mesma espécie, ou espécies diferentes, que cobrem já o solo.

O visco depende da macieira e de algumas outras árvores; ora, é somente no sentido figurado que se poderá dizer que luta contra estas árvores, porque se grande número de parasitas se estabelecem na mesma árvore, esta enfraquece e morre; mas pode dizer-se que muitos viscos, vivendo em conjunto sobre o mesmo ramo e produzindo sementes, lutam uns com os outros. Como são as aves que espalham as sementes do visco, a sua existência depende delas, e poderá dizer-se, em sentido figurado, que o visco luta com as outras plantas que tenham frutos, porque importa a cada planta levar os pássaros a comer os frutos que produz, para disseminar as sementes. Emprego, pois, para mais comodidade, o termo geral luta pela existência, nestes diferentes sentidos que se confundem uns com os outros.

(A Origem das Espécies)



COMPOSIÇÃO ILUSTRATIVA DA EVOLUÇÃO HUMANA E O CONCEITO DA TEORIA DE DARWIN.

Charles Darwin (1809-1882) assombrou a comunidade científica e setores da igreja com as suas pesquisas que culminaram no livro “A Origem das Espécies”, data-do de 1859. Nessa obra, Darwin atesta a existência de uma lei que determina a evolução, a adaptação e seleção natural das espécies e que, portanto, o ser humano, assim como outras espécies, é o resultado de uma evolução e o seu ancestral mais próximo compartilha com a formação biológica do chimpanzé. Essa foi uma das grandes feridas narcísicas da humanidade. O ser humano que se achava senhor da natureza é posto em xeque pela teoria darwinista.

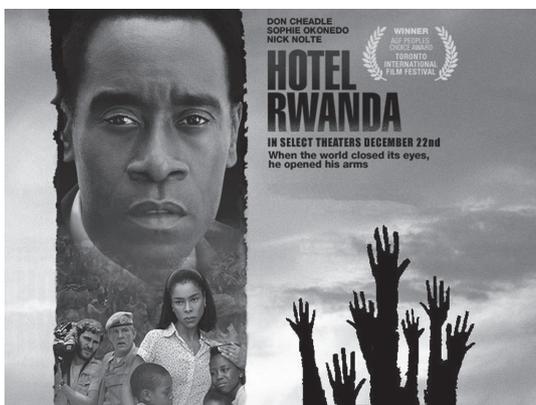
O EVOLUCIONISMO E OS ESTUDOS DA SOCIEDADE

Mas o que as teorias de Darwin têm haver com os estudos da sociedade do século XIX? Essa pergunta é fundamental para entendermos essa relação porque é desse vínculo que resultou a expressão tão popular nos nossos dias: darwinismo social.

A resposta está no contexto histórico no qual estava inserida essa nova sociedade e as consequências da Revolução Industrial que, por sua vez, provocaram a necessidade de uma nova colonização e, claro, de justificativas teóricas que pudessem dar sustentação a esse projeto de expansão e dominação europeia. Até porque o ritmo de desenvolvimento do mercado capitalista não encontrava eco na demanda, ou seja, a superprodução estabeleceu muito mais oferta do que procura. Daí a

necessidade de se formar novos mercado consumidores. Essa nova colonização provocou, como boa parte das colonizações anteriores, a dizimação de culturas, formas de organização social e modelos milenares arraigados nos povos colonizados. Dessas práticas surgiu o que chamamos hoje de Eurocentrismo e Etnocentrismo. A contemporaneidade se despontou pelo massacre praticado pelos "povos civilizados", subjugando os povos considerados atrasados e não evoluídos.

Essa empreitada colonial europeia se baseava, até certa forma, nas teorias da evolução, o que se convencionou chamar de evolucionismo. O resultado disso foi a incorporação dessa teoria ao estudo da sociedade e, principalmente, aquelas que estavam sendo colonizadas nos continentes através do projeto de expansão capitalista. Dessa forma, a lei da seleção natural constatada no mundo natural e aplicada às espécies biológicas foi usada por cientistas sociais nos estudos sobre a sociedade, resultando daí uma comparação entre o modelo de sociedade europeu e o modelo de sociedade dos nativos. Todo esse processo foi analisado de forma bastante crítica pela antropologia contemporânea, constatando os seus reflexos racistas, discriminatórios, etnocêntricos e conflituosos no século XX. Grande parte desses problemas e conflitos é perceptível no mundo atual pela forma como os países se comportam nas suas relações internacionais.



Em 1994 um conflito político em Ruanda levou à morte de quase um milhão de pessoas em apenas cem dias. Sem apoio dos demais países, os ruandenses tiveram que buscar saídas em seu próprio cotidiano para sobreviver. Uma delas foi oferecida por Paul Rusesabagina (Don Cheadle), que era gerente do hotel Milles Collines, localizado na capital do país. Contando apenas com sua coragem, Paul abrigou no hotel mais de 1200 pessoas durante o conflito e o genocídio em Ruanda entre os Tutsis e Hutus.

TEXTO COMPLEMENTAR I

As ideias de Manoel Bomfim

No Brasil, o processo de independência política não foi acompanhado pela implantação do ideário liberal burguês no máximo, uma monarquia constitucionalista, que mal disfarçava seu caráter ditatorial pela existência do “poder moderador”, que na prática, conforme as conveniências do monarca, tornava nulo o restante dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Embora houvesse exceções, os quadros pensantes no país eram naquela época inteiramente dependentes das classes econômicas dominantes, de modo que o Estado, expressão desse conservadorismo, tardou a adotar instituições político-jurídicas republicanas (IANNI, 2004). Quando surgiram condições propícias para que o Brasil adotasse um regime político republicano, sobretudo após a abolição escravista, os intelectuais passaram a receber uma influência ainda mais conservadora vinda da Europa. Aportava no país um racismo, segundo Filho (2008, 32), coberto com “a máscara da cientificidade”.

Por isso, no Brasil, desde o último quartel do século XIX, até a terceira década, senão mais, do século subsequente, surgiram teorizações sociológicas com um vezo biologizante.

A sociologia de Manoel Bomfim se liga, em parte, a essa tendência de instrumentalizar conceitos da ciência biológica para enfrentar as questões sociais de sua época. Mas, a perspectiva por ele adotada forçou-o a trilhar outro rumo em sua investigação. Os objetivos traçados pela sociologia organicista de Bomfim levaram-na para distante do pensamento social hegemônico. Acrescem Machado e Suassuna (2009):

Manoel Bomfim emerge como um intelectual inovador e dissidente, imbuído de uma cultura humanística, sempre disposto a questionar a natureza clássica do governo instaurado no Brasil, após a Proclamação da República, distante dos cânones políticos e ideológicos presentes no pensamento republicano brasileiro em anos antecedentes (MACHADO e SUASSUNA, 2009, 148).

A interpretação sociológica de Manoel Bomfim se pauta numa análise histórica. As causas básicas do atraso da sociedade brasileira, no início do século XX, se deviam a fatores originados havia três séculos, os quais seriam seus “males de origem”:

- A) a economia agrícola implantada como sistema de plantation, isto é, a grande lavoura monocultora e exportadora;
- B) a escravidão do contingente massivo de trabalhadores inserido no processo produtivo colonial; e o mais importante, iii) o tipo de colonização imposto pelos países ibéricos às suas colônias americanas (FILHO, 2008; MACHADO e SUASSUNA, 2009). É ao último fator acima referido que Bomfim dispensa a maior parcela de sua reflexão sociológica, resultando daí sua “teoria do parasitismo social”. Sobre essa teoria bomfiniana, dizem Machado e Suassuna (2009): Ele Formulou a teoria do parasitismo social para caracterizar as relações históricas entre as metrópoles europeias e suas colônias latino-americanas, no passado, e entre as classes dominantes e as classes dominadas nas ex-colônias ibéricas, no presente (MACHADO e SUASSUNA, 2009).

Na perspectiva sociológico-histórica de Bomfim, o “pacto colonial” era a expressão mais acintosa e escancarada do parasitismo social, que não se restringiu aos primeiros momentos da colonização do país, nem enquanto durou o período colonial; vigorou mesmo após a independência política; encontrando-se, na verdade, vigente ainda em sua época. As classes dirigentes não viam outro meio para se perpetuar no poder, senão através da exploração econômica (e pela exclusão sociocultural e geográfica) do povo trabalhador. Diz Manoel Bomfim a respeito da elite econômica do país: “Ontem, parasita do escravo; hoje, parasita do Estado”.

O parasitismo social tem por base um tipo de colonização que fomentaram portugueses e espanhóis. Para as possessões coloniais não se dirigiu uma gente comprometida com o projeto colonizador. Os ibéricos trouxeram no espírito tanto o afã dos aventureiros, quanto a insensibilidade dos mercenários, afeitos apenas à espoliação, sem qualquer preocupação com o futuro da gente que iam gastando nos sertões, nas moendas e lavouras. Visando apenas enriquecer e retornar à Europa, muitos desses aventureiros drenavam o quanto podiam e sempre à custa do trabalho escravo. Primeiro do ameríndio, depois do africano negro.

Na visão de Bomfim, o povo brasileiro era tratado pelas elites como “pária na sua pátria”, efeito do que se reproduziu por séculos, desde os primórdios da colonização, reitera-se: o parasitismo social desencadeado pelas classes econômicas dirigentes. Para Manoel Bomfim, a solução para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país estava na implementação de políticas públicas na área educacional, que favorecesse o acesso massivo da população pobre a uma escola pública e gratuita.

Não se pode conhecer o pensamento social de Manoel Bomfim sem se levar em conta a questão educacional, muito presente em seu horizonte sociológico. Para Bomfim, a escola pública era o único instrumento capaz de construir cidadania. Segundo Machado e Suassuna (2009):

[...] O atraso, a miséria e a deseducação constituíam, em última análise, os traços mais visíveis desse processo histórico, cujo rompimento exigia um esforço educacional massivo. Por isso, [Manoel Bomfim] defendia a educação primária e pública, como saída para os? Males de origem? que afligiam o Brasil e os demais países da América (MACHADO e SUASSUNA, 2009, 150).

O parasitismo social medrado pela colonização ibérica, mais especificamente lusitana, amordaçou a intelectualidade brasileira, que não pode se livrar do mero papel ostentatório ao regime monárquico-escravista (COSTA, 2005; FILHO, 2008). Daí a crítica bomfiniana à única característica hipertrofiada no *modus operandi* dos intelectuais brasileiros? um aspecto talvez daquilo que, mais tarde, Moura (1988) denominaria “ideologia do colonialismo”? a saber: a cultura bacharelesca, isto é, a alienação cultural dos intelectuais, posto que se mostravam pouco comprometidos com o povo, insensíveis, em geral, aos reclamos dos humildes e injustiçados.

A falta de autonomia dos profissionais liberais era vista também na mania de pensarem com ideias à reboque das estrangeiras. Bomfim ironiza ao dizer: “quem mais cita mais sabe” (FILHO, 2008, 24). O reflexo trágico disso estava nos esforços de bricolagem para a elaboração da primeira constituição republicana. A Constituição de 1891 seria um mosaico de um sem-número de trechos que refletiam aspirações de outros povos e nações, menos a brasileira.

SOCIOLOGIA CLÁSSICA



Marx, Weber & Durkheim

Auguste Comte 1798-1857 nasceu em Montpellier, França, de uma família católica e monarquista. Viveu a infância na França napoleônica. Tornou-se discípulo de Saint-Simon, de quem sofreu enorme influência. Devotou seus estudos à filosofia positivista, considerada por ele uma religião, da qual era o pregador. Segundo sua filosofia política, existia na história três estados: um teológico, outro metafísico e finalmente o positivo. Este último representava o coroamento do progresso da humanidade. O positivismo exaltava a coesão social e a harmonia dos indivíduos em sociedade; a Sociologia é a ciência do entendimento, pois para se entender o espírito humano, é necessário observar sua atividade e sua obra através dos tempos.



No livro "Filosofia Positiva", Auguste Comte, considerado uma dos fundadores da sociologia, faz uma abordagem partindo da tese de que as leis que regem a ordem natural são as mesmas que determinam a ordem social. Ao indivíduo compete apenas aceitar tal condição, sendo-lhe negada qualquer possibilidade de transformação. Por isso, classificamos o conjunto de teorias de Comte como determinismo social.

Compete à sociologia compreender e estudar os indivíduos na sua relação com o grupo, sendo este mais importante e que se sobrepõe ao indivíduo. Portanto a sociologia comteana não pegou o indivíduo como objeto do seu estudo, porém, tentou estudar a dinâmica desse num contexto macrossocial, afirmou que essa nova ciência deveria ter critérios metodológicos rígidos e para isso era necessário aplicar o mesmo método usado nas ciências naturais. Para fazer tais pesquisas foi necessário estabelecer como ponto de partida às teorias evolucionistas, a mesma lei que determinava a evolução das espécies e que determinaria também a evolução das sociedades.



Óleo sobre tela em estilo barroco fora encomendado pela Associação de Cirurgiões de Amsterdã e retrata uma aula de anatomia do Dr. Nicolaes Tulp. Concluída em 1632 pelo pintor holandês Rembrandt, tornou-se a obra de arte mais conhecida pelos médicos.

"O povo só pode interessar-se essencialmente pelo uso efetivo do poder, onde quer que resida, e não por sua conquista especial. Logo que as questões políticas, ou melhor, a partir de agora sociais, se reportarem ordinariamente à maneira pela qual o poder deve ser exercido para melhor atender a seu destino geral, principalmente relativa, para os modernos, à massa proletária, não tardaremos a reconhecer que o desdém atual não se vincula de modo algum a uma perigosa indiferença. Até lá a opinião popular permanecerá estranha a esses debates que, aos olhos dos bons espíritos, aumentando a instabilidade de todos os poderes, tendem especialmente a retardar essa indispensável transformação. Numa palavra, o povo está naturalmente disposto a desejar que a vã e tempestuosa discussão dos direitos seja enfim substituída por uma fecunda e salutar apreciação dos diversos deveres essenciais, quer gerais, quer especiais. Tal é o princípio espontâneo da íntima conexão, que, cedo ou tarde pressentida, ligará necessariamente o instinto popular à ação social da filosofia positiva."

(A. COMTE: Discurso sobre o espírito positivo)

LEI DOS TRÊS ESTADOS

A lei dos três estados ou estágios é a teoria mais popularizada de Auguste Comte. Através dessa tese, Comte afirma que a sociedade passa por três estágios de evolução cuja lei é estabelecida naturalmente, determinando as seguintes etapas de evolução:

- **A teológica:** Etapa na qual os homens explicam os fenômenos diversos através dos mitos, portanto predominam nesse tipo de sociedade a oralidade e o politeísmo.
- **A metafísica:** Etapa na qual predomina a ideia abstrata sobre Deus e o mundo, prevalecendo o monoteísmo e os valores morais escritos.
- **A positiva (daí deriva o nome positivismo):** Etapa na qual as explicações sobre a natureza e o mundo eram feitas através da ciência e da racionalidade que culminariam no processo de industrialização.

Texto I

O estado teológico, para Comte, apresenta-se dividido em três períodos sucessivos: o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo. No fetichismo, uma vida espiritual, semelhante à do homem, é atribuída aos seres naturais. O politeísmo esvazia os seres naturais de suas vidas anímicas — tal como concebidos no estágio anterior — e atribui a animação desses seres não a si mesmos, mas a outros seres, invisíveis e habitantes de um mundo superior. No monoteísmo, a distância entre os seres e seus princípios explicativos aumenta ainda mais; o homem, nesse estágio, reúne todas as divindades em uma só.

A fase teológica monoteísta representaria, no desenvolvimento do espírito humano, uma etapa de transição para o estado metafísico. Este, inicialmente, concebe “forças” para explicar os diferentes grupos de fenômenos, em substituição às divindades da fase teológica. Fala-se então de uma “força física”, uma “força química”, uma “força vital”. Num segundo período, a mentalidade metafísica reuniria todas essas forças numa só, a chamada “natureza”, unidade que equivaleria ao deus único do monoteísmo.

O estado metafísico tem, segundo Comte, outros pontos de contato com o teológico. Ambos tendem à procura de soluções absolutas para os problemas do homem: a metafísica, tanto quanto a teologia, procura explicar a “natureza íntima” das coisas, sua origem e destino últimos, bem como a maneira pela qual são produzidas. A diferença reside no fato de a metafísica colocar o abstrato no lugar do concreto e a argumentação no lugar da imaginação. Nessa perspectiva comteana, o estado metafísico se caracterizaria fundamentalmente pela dissolução do teológico. A argumentação, penetrando nos domínios das ideias teológicas, traria à luz suas contradições inerentes e substituiria a vontade divina por “ideias” ou “forças”. Com [pág. X] isso, a metafísica destruiria a ideia teológica de subordinação da natureza e do homem ao sobrenatural. Na esfera política, o espírito metafísico corresponderia a uma substituição dos reis pelos juristas; supondo-se a sociedade como originária de um contrato, tende-se a basear o Estado na soberania do povo.

O estado positivo caracteriza-se, segundo Comte, pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação. Cada proposição enunciada de maneira positiva deve corresponder a um fato, seja particular, seja universal. Isso não significa, porém, que Comte defenda um empirismo puro, ou seja, a redução de todo conhecimento à apreensão exclusiva de fatos isolados. A visão positiva dos fatos abandona a consideração das causas dos fenômenos (procedimento teológico ou metafísico) e torna-se pesquisa de suas leis, entendidos como relações constantes entre fenômenos observáveis. Quando procura conhecer fenômenos psicológicos, o espírito positivo deve visar às relações imutáveis presentes neles — como quando trata de fenômenos físicos, como o movimento ou a massa; só assim conseguiria realmente explicá-los. Segundo Comte, a procura de leis imutáveis ocorreu pela primeira vez na história quando os antigos gregos criaram a astronomia matemática. Na época moderna, o mesmo procedimento reaparece em Bacon (1561-1626), Galileu (1564-1642) e René Descartes (1596-1650), os fundadores da filosofia positiva, para Comte. A filosofia positiva, ao contrário dos estados teológico e metafísico, considera impossível a redução dos fenômenos [pág. XI] naturais a um só princípio (Deus, natureza ou outro equivalente). Segundo Comte, a experiência nunca mostra mais do que uma limitada interconexão entre determinados fenômenos. Cada ciência ocupa-se apenas com certo grupo de fenômenos, irreduzíveis uns aos outros. A unidade que o conhecimento pode alcançar seria, assim, inteiramente subjetiva, radicando no fato de empregar-se um mesmo método, seja qual for o campo em questão: uma idêntica metodologia produz convergência e homogeneidade de teorias.

(Coleção Os Pensadores, tradução José Arthur Giannotti)



Émile Durkheim
(1858-1917)

Durkheim nasceu em 15 de abril de 1858, na cidade de Épinal, na região francesa da Alsácia-Lorena. Formou-se na Escola Normal Superior de Paris em 1882. Lecionou filosofia nos liceus de Sens, Saint-Quentin e Troyes entre 1882 e 1885. A sociologia sistematizou-se graças a Durkheim e seus seguidores. Suas principais obras são: Da divisão do trabalho social (1893); Regras do método sociológico (1895); O suicídio (1897); As formas elementares de vida religiosa (1912). Fundou também a revista *L'Année Sociologique*, que afirmou a preeminência durkheimiana no mundo inteiro.

Podemos afirmar que foi com as teorias de Comte que se deu início a essa forma de interpretação social que se convergiu para o positivismo. Contudo é com os estudos de Durkheim que a sociologia adquiriu o caráter de ciência propriamente dito. A definição de método científico, de objeto de estudo e **neutralidade científica** foram determinados a partir das teses durkheimianas.

No livro "As regras do método sociológico" de 1895, Durkheim estabeleceu como objeto de investigação **os fatos sociais** que passam a ser o objeto de estudo da sua sociologia. Segundo o sociólogo, por meio do fato social — a característica mais geral dos grupos sociais — é possível apreender a organização, a funcionalidade e as relações dos indivíduos de uma determinada sociedade. Esse aspecto das teorias durkheimianas teve a sua origem no positivismo. Por isso, podemos classificar o conjunto das obras de Émile Durkheim como **neopositivista**.

“Todo indivíduo come, bebe, dorme, raciocina e a sociedade tem todo o interesse em que essas funções se exerçam regularmente. Portanto, se esses fatos fossem sociais, a sociologia não teria objeto próprio, e seu domínio se confundiria com o da biologia e da psicologia. Mas, na realidade, há em toda sociedade um grupo determinado de fenômenos que se distinguem por caracteres definidos daqueles que as outras ciências da natureza estudam.”

(As regras do método sociológico. Coleção os Pensadores)

Durkheim queria aproximar, ao máximo, a sociologia das ciências naturais, dando-lhe um rigor de pesquisa e estudando a sociedade como se fosse uma **coisa** diante da qual o cientista estudaria sem qualquer interferência das suas convicções pessoais — neutralidade científica — eliminando qualquer tipo de **subjetividade** que pudesse comprometer a investigação científica. Dessa forma, o fato social deveria ser encarado como algo externo aos indivíduos, cabendo estes apenas cumpri-los. Não é papel dos indivíduos questionarem os valores morais, os costumes e as regras sociais existentes porque, segundo Durkheim, a coletividade se sobrepõe aos indivíduos. A sua teoria, de certa forma, deu continuidade ao princípio do determinismo social.

“Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumprio deveres que estão definidos, fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação. Aliás, quantas vezes não nos ocorre ignorarmos o detalhe das obrigações que nos incumbem e precisarmos, para conhecê-las, consultar o Código e seus intérpretes autorizados! Do mesmo modo, as crenças e as práticas de sua vida religiosa, o fiel as encontrou inteiramente prontas ao nascer; se elas existiam antes dele, é que existem fora dele.

O sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão, etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. Que se tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais.” (idem)

Partindo desse ponto, a respeito do fato social, constatamos que esse objeto de estudo da sociologia de Durkheim tem três características fundamentais:

- **Generalidade:** Todo fato social encontra-se generalizado numa determinada sociedade como, por exemplo, o matrimônio e as leis.

Nesse aspecto, concluiu Durkheim que a educação é fundamental nesse processo de introjeção de valores na vida comportamental dos indivíduos, o que forma o conjunto moral mais generalizado a partir de uma convenção social. Por isso, o sociólogo exemplifica ao afirmar que "quando se observam os fatos tais como são e tais como sempre foram, salta aos olhos que toda educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente. Desde os primeiros momentos de sua vida, forçamo-las a comer, a beber, a dormir em horários regulares, forçamo-las à limpeza, à calma, à obediência”.

- **Coercitividade:** Todo fato social exerce sobre os indivíduos uma coerção social, ou seja, a capacidade de impor a eles as normas de conduta e as regras para a convivência social. Como bem salientou Durkheim no seu livro: "... são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude da qual se impõem a ele, quer ele queira, quer não. Certamente, quando me conformo voluntariamente a ela, essa coerção não se faz ou pouco se faz sentir, sendo inútil. Nem por isso ela deixa de ser um caráter intrínseco desses fatos, e a prova disso é que ela se afirma tão logo tento resistir. Se tento violar as regras do direito, elas reagem contra mim para impedir meu ato, se estiver em tempo, ou para anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal, se tiver sido efetuado e for reparável, ou para fazer com que eu o expie, se não puder ser reparado de outro modo." (*As regras do método sociológico*)
- **Exterioridade:** Todo fato social é exterior ao indivíduo. Isso quer dizer que tais características encontram-se fora do indivíduo e não dependem da sua consciência particular ou individual. Justifica Durkheim ao afirmar: "o sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão, etc., funcionam independentemente do uso que faço deles. Que se tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais." (*idem*).

OS TIPOS DE PUNIÇÃO



Émile Durkheim analisou os fatores punitivos que são aplicados quando os indivíduos de uma determinada sociedade não cumprem com o fato social. Os mecanismos de punição servem como processo de readequação e exemplificação. Portanto, não podemos classificar os tipos de punição, na teoria durkheimiana, como formas simples de castigo ou vingança, mas como modelo educacional de reinserção do indivíduo ao grupo ou à coletividade. Quanto aos tipos de punição, Durkheim destaca dois em maior evidência: **punição legal** e a **punição espontânea**. A punição legal é aquela — como o próprio termo se refere — prevista no sistema jurídico de uma determinada sociedade. As leis elaboradas que tanto servem de orientação para a conduta do indivíduo quanto para sua correção. A punição espontânea é aquela em que os grupos ou a sociedade, mesmo que não exista uma legislação ou uma lei específica, encarrega de praticá-la, tendo como referencial ou orientação, seus costumes, hábitos e a tradição.

As formas punitivas aparecem quando os indivíduos passam a agir em desacordo com aquilo que foi estabelecido pela coletividade. O descumprimento do fato social pode colocar uma sociedade ou um grupo social em estado de **anomia social**. Por isso, os mecanismos punitivos servem também com meios para a manutenção da **funcionalidade social**, garantindo a predominância do **fato social normal** e evitando o **fato social patológico**.

AS FORMAS DE SOCIEDADE

As tantas formas de ser da sociedade, Durkheim analisou ao formar a sua tese sobre a morfologia social. Segundo ele, tal qual se verifica na biologia, seria possível classificar os diversos tipos de sociedade ou grupos sociais. Dessa forma seria possível observar que a sociedade também obedece ao critério da evolução, ascendendo de uma forma mais simples para uma forma mais complexa de sociedade. A partir daí foi possível definir dois tipos predominantes de sociedade: a pré-capitalista e a sociedade capitalista ou industrial.

O MUTIRÃO É UM EXEMPLO DE SOLIDARIEDADE MECÂNICA

A sociedade pré-capitalista eram as que não tinham passado pelo processo de industrialização e que, portanto, ainda preservava características essenciais e originárias. Nesse tipo de sociedade predomina uma **solidariedade mecânica** cujos vínculos sociais são determinados pelos laços de parentesco, familiar ou de proximidade. Enquanto que as sociedades capitalistas seriam aquelas que já haviam se consolidado dentro do processo de industrialização, predominando uma **solidariedade orgânica** cujos vínculos sociais são determinados pelos laços de necessidade, interdependência e de interesses. Segundo Durkheim as sociedades modernas e contemporâneas que perderam seus vínculos mais tradicionais, em função da industrialização, não caíram num estado de anomia social graças ao aspecto constante e contínuo da interdependência entre os indivíduos, o que gerou a necessidade de um trabalho especializado e que gerou nessas sociedades a **coesão social** e o processo de **divisão social do trabalho**.



SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Por Sande Nascimento de Arruda

A desestruturação do sistema prisional traz à baila o descrédito da prevenção e da reabilitação do condenado. Nesse sentido, a sociedade brasileira encontra-se em momento de extrema perplexidade em face do paradoxo que é o atual sistema carcerário brasileiro, pois de um lado temos o acentuado avanço da violência, o clamor pelo recrudescimento de pena e, do outro lado, a superpopulação prisional e as nefastas mazelas carcerárias.

Vários fatores culminaram para que chegássemos a um precário sistema prisional. Entretanto, o abandono, a falta de investimento e o descaso do poder público ao longo dos anos vieram por agravar ainda mais o caos chamado sistema prisional brasileiro. Sendo assim, a prisão que outrora surgiu como um instrumento substitutivo da pena de morte, das torturas públicas e cruéis, atualmente não consegue efetivar o fim correcional da pena, passando a ser apenas uma escola de aperfeiçoamento do crime, além de ter como característica um ambiente degradante e pernicioso, acometido dos mais degenerados vícios, sendo impossível a ressocialização de qualquer ser humano.

A SUPERPOPULAÇÃO

A macrocomunidade nos presídios é de conhecimento do poder público, no entanto, cada vez mais a população carcerária cresce e poucos presídios são construídos para atender à demanda das condenações. A superpopulação nos presídios representa uma verdadeira afronta aos direitos fundamentais. Nesse aspecto, basta citar o art. 5º, XLIX, da Carta Magna (a qual assegura aos presos o respeito à integridade física e moral), bem como lembrar que a dignidade da pessoa humana é um dos princípios basilares da Constituição.

Impende salientar que a própria Lei de Execução Penal (LEP), no seu art. 88, estabelece que o cumprimento da pena se dê em cela individual, com área mínima de seis metros quadrados. Ademais, o art. 85 da LEP prevê que deve haver compatibilidade entre a estrutura física do presídio e a sua capacidade de lotação.

Nesse contexto, a superlotação tem como efeito imediato a violação às normas e princípios constitucionais, trazendo como

consequência para aquele que foi submetido a uma pena privativa de liberdade uma “sobrepênia”, uma vez que a convivência no presídio trará uma aflição maior do que a própria sanção imposta.

A superlotação no sistema penitenciário impede que possa existir qualquer tipo de ressocialização e atendimento à população carcerária, o que faz surgir forte tensão, violência e constantes rebeliões.

No Brasil, a situação do sistema carcerário é tão precária que no Estado do Espírito Santo chegaram a ser utilizados contêineres como celas, tendo em vista a superpopulação do presídio. Tal fato ocorreu no município de Serra, Região Metropolitana de Vitória. A unidade prisional tinha capacidade para abrigar 144 presos, mas encontrava-se com 306 presos. Sem dúvida, os direitos e garantias individuais que o preso possui não foram respeitados. Dessa forma, os presos são literalmente tratados como objetos imprestáveis que jogamos em depósitos, isto é, em contêineres. Afinal, para parte de uma sociedade alienada, o preso não passa de “lixo humano”.

A demora acentuada na concessão de benefícios aos condenados é um dos fatores que contribuem para a evidente fragilidade do sistema prisional brasileiro. Ademais, o abandono do preso após a condenação é gritante, seja por parte do Estado, seja por parte dos demais operadores do Direito, especialmente os advogados. Para alguns desses defensores, o trabalho já fora cumprido na defesa até o trânsito em julgado da sentença, esquecendo estes dos incidentes de execução ou, se não foram esquecidos, agora já poderão ser tratados pelos advogados mais “simples”, tendo em vista que a tragédia maior já aconteceu, qual seja, a condenação, sendo o resto suportável.

Nesse sentido precisamos avocar nossas próprias omissões, seja o magistrado na aplicação da pena e demais procedimentos, seja o promotor na acusação, seja o delegado na investigação criminal, seja principalmente o advogado que deve cumprir o seu papel de acordo com os ditames da dignidade da pessoa humana, atento ao seu primordial trabalho na administração da justiça. Incluem-se também os profissionais da área de execução penal (agentes penitenciários) que embora não tenham o reconhecimento de seu trabalho por grande parte da sociedade, são essenciais na busca de um futuro de transformações na área carcerária.

TEXTO COMPLEMENTAR I

A primeira regra e a mais fundamental é considerar os fatos sociais como coisas.

No momento em que uma nova ordem de fenômenos torna-se objeto de ciência, eles já se acham representados no espírito, não apenas por imagens sensíveis, mas por espécies de conceitos grosseiramente formados. Antes dos primeiros rudimentos da física e da química, os homens já possuíam sobre os fenômenos físico-químicos noções que ultrapassavam a pura percepção, como aquelas, por exemplo, que encontramos mescladas a todas as religiões. É que, de fato, a reflexão é anterior à ciência, que apenas se serve dela com mais método.

O homem não pode viver em meio às coisas sem formar a respeito delas idéias; de acordo com as quais regula sua conduta. Acontece que, como essas noções estão mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as realidades a que correspondem, tendemos naturalmente a substituir estas últimas por elas e a fazer delas a matéria mesma de nossas especulações. Em vez de observar as coisas, de descrevê-las, de compará-las, contentamo-nos então em tomar consciência de nossas idéias, em analisá-las, em combiná-las. Em vez de uma ciência de realidades, não fazemos mais do que uma análise ideológica. Por certo, essa análise não exclui necessariamente toda observação. Pode-se recorrer aos fatos para confirmar as noções ou as conclusões que se tiram. Mas os fatos só intervêm então secundariamente, a título de exemplos ou de provas confirmatórias; ele não são o objeto da ciência. Esta vai das idéias às coisas, não das coisas às idéias.

É claro que esse método não poderia dar resultados objetivos. Com efeito, essas noções, ou conceitos, não importa o nome que se queira dar-lhes, não são os substitutos legítimos das coisas. Produtos da experiência vulgar, eles têm por objeto, antes de tudo, colocar nossas ações em harmonia com o mundo que nos cerca; são formados pela prática e para ela. Ora, uma representação pode ser capaz de desempenhar utilmente esse papel mesmo sendo teoricamente falsa.

Copérnico, há muitos séculos, dissipou as ilusões de nossos sentidos referentes aos movimentos dos astros; no entanto, é ainda com base nessas ilusões que regulamos correntemente a distribuição de nosso tempo. Para que uma ideia suscite exatamente os movimentos que a natureza de uma coisa reclama, não é necessário que ela exprima fielmente essa natureza; basta que nos faça perceber o que a coisa tem de útil ou de desvantajoso, e que modo pode nos servir, de que modo nos contrariar. Mas as noções assim formadas só apresentam essa justeza prática de uma maneira aproximada e somente na generalidade dos casos. Quantas vezes elas são tão perigosas como inadequadas! Não é portanto elaborando-as, pouco importa de que maneira o façamos, que chegaremos a descobrir as leis da realidade. Tais noções, ao contrário, são como um véu que se interpõe entre as coisas e nós, e que as encobre tanto mais quanto mais transparente julgamos esse véu.

Tal ciência não é apenas truncada; falta-lhe também matéria de que se alimentar. Mal ela existe, desaparece, por assim dizer, transformando-se em arte.

De fato, supõe-se que essas noções contenham tudo o que há de essencial no real, já que são confundidas com o próprio real. Com isso, parecem ter tudo o que é preciso para que sejamos capazes não só de compreender o que é, mas de prescrever o que deve ser e os meios de executá-lo. Pois é bom o que está de acordo com a natureza das coisas; o que é contrário a elas é mau, e os meios para alcançar um e evitar o outro derivam dessa mesma natureza. Portanto, se a dominamos de saída, o estudo da realidade presente não tem mais interesse prático, e, como esse interesse é a razão de ser de tal estudo, este se vê desde então sem finalidade. A reflexão é, assim, incitada a afastar-se do que é o objeto mesmo da ciência, a saber, o presente e o passado, para lançar-se num único salto em direção ao futuro. Em vez de buscar compreender os fatos adquiridos e realizados, ela empreende imediatamente realizar novos, mais conformes aos fins perseguidos pelos homens. Quando se crê saber em que consiste a essência da matéria, parte-se logo em busca da pedra filosofal. Essa intromissão da arte na ciência, que impede que esta se desenvolva, é aliás facilitada pelas circunstâncias mesmas que determinam o despertar da reflexão científica. Pois, como esta só surge para satisfazer necessidades vitais, é natural que se oriente para a prática.

As necessidades que ela é chamada a socorrer são sempre prementes, portanto a pressionam para obter resultados; elas reclamam, não explicações, mas remédios.

Essa maneira de proceder é tão conforme à tendência natural de nosso espírito que a encontramos inclusive na origem das ciências físicas. É ela que diferencia a alquimia da química, bem como a astrologia da astronomia. É por ela que Bacon caracteriza o método que os sábios de seu tempo seguiam e que ele combate. As noções que acabamos de mencionar são aquelas noções vulgares ou prenoções que ele assinala na base de todas as ciências, nas quais elas tomam o lugar dos fatos. São os ídolos, fantasmas que nos desfiguram o verdadeiro aspecto das coisas e que, no entanto, tomamos como as coisas mesmas. E é por esse meio imaginário não oferecer ao espírito nenhuma resistência que este, não se sentindo contido por nada, entrega-se a ambições sem limite e julga possível construir, ou melhor, reconstruir o mundo com suas forças apenas e ao sabor de seus desejos. Se foi assim com as ciências naturais, com mais forte razão tinha de ser com a sociologia. Os homens não esperaram o advento da ciência social para formar idéias sobre o direito, a moral, a família, o Estado, a própria sociedade; pois não podiam privar-se delas para viver. Ora, é sobretudo em sociologia que essas prenoções, para retomar a expressão de Bacon, estão em situação de dominar os espíritos e de tomar o lugar das coisas. Com efeito, as coisas sociais só se realizam através dos homens; elas são um produto da atividade humana.

Portanto, parecem não ser outra coisa senão a realização de idéias, inatas ou não, que trazemos em nós, senão a aplicação dessas idéias às diversas circunstâncias que acompanham as relações dos homens entre si. A organização da família, do contrato, da repressão, do Estado, da sociedade é vista assim como um simples desenvolvimento das idéias que temos sobre a sociedade, o Estado, a justiça, etc. Em consequência, esses fatos e outros análogos só parecem ter realidade nas e pelas idéias que são seu germe e que se tornam, com isso, a matéria própria da sociologia.

O que reforça essa maneira de ver é que, como os detalhes da vida social excedem por todos os lados a consciência, esta não tem uma percepção suficientemente forte desses detalhes para sentir sua realidade. Não tendo em nós ligações bastante sólidas nem bastante próximas, tudo isso nos dá facilmente a impressão de não se prender a nada e de flutuar no vazio, matéria em parte irreal e indefinidamente plástica. Eis por que tantos pensadores não viram nos arranjos sociais senão combinações artificiais e mais ou menos arbitrarias. Mas, se os detalhes, se as formas concretas e particulares nos escapam, pelo menos nos representamos os aspectos mais gerais da existência coletiva de maneira genérica e aproximada, e são precisamente essas representações esquemáticas e sumárias que constituem as prenoções de que nos servimos para as práticas correntes da vida. Não podemos portanto pensar em pôr em dúvida a existência delas, uma vez que a percebemos ao mesmo tempo que a nossa. Elas não apenas estão em nós, como também, sendo um produto de experiências repetidas, obtém da repetição — e do hábito resultante — uma espécie de ascendência e de autoridade. Sentimos sua resistência quando buscamos

Libertar-nos delas. Ora, não podemos deixar de considerar como real o que se opõe a nós. Tudo contribui, portanto, para que vejamos nelas a verdadeira realidade social.

(As regras do método sociológico)

O QUE É UM FATO SOCIAL?

Antes de procurar qual método convém ao estudo dos fatos sociais, importa saber quais fatos chamamos assim. A questão é ainda mais necessária porque se utiliza essa qualificação sem muita precisão. Ela é empregada correntemente para designar mais ou menos todos os fenômenos que se dão no interior da sociedade, por menos que apresentem, com uma certa generalidade, algum interesse social. Mas, dessa maneira, não há, por assim dizer, acontecimentos humanos que não possam ser chamados sociais. Todo indivíduo come, bebe, dorme, raciocina, e a sociedade tem todo o interesse em que essas funções se exerçam regularmente. Portanto, se esses fatos fossem sociais, a sociologia não teria objeto próprio, e seu domínio se confundiria com o da biologia e da psicologia. Mas, na realidade, há em toda sociedade um grupo determinado de fenômenos que se distinguem por caracteres definidos daqueles que as outras ciências da natureza estudam.

Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumprio deveres que estão definidos, fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação. Aliás, quantas vezes não nos ocorre ignorarmos o detalhe das obrigações que nos incumbem e precisarmos, para conhecê-las, consultar o Código e seus intérpretes autorizados! Do mesmo modo, as crenças e as práticas de sua vida religiosa, o fiel as encontrou inteiramente prontas ao nascer; se elas existiam antes dele, é que existem fora dele. O sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão, etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. Que se tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais.

Esses tipos de conduta ou de pensamento não apenas são exteriores ao indivíduo, como também são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude da qual se impõem a ele, quer ele queira, quer não. Certamente, quando me conformo voluntariamente a ela, essa coerção não se faz ou pouco se faz sentir, sendo inútil. Nem por isso ela deixa de ser um caráter intrínseco desses fatos, e a prova disso é que ela se afirma tão logo tento resistir. Se tento violar as regras do direito, elas reagem contra mim para impedir meu ato, se estiver em tempo, ou para anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal, se tiver sido efetuado e for reparável, ou para fazer com que eu o expie, se não puder ser reparado de outro modo. Em se tratando de máximas puramente morais, a consciência pública reprime todo ato que as ofenda através da vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e das penas especiais de que dispõe. Em outros casos, a coerção é menos violenta, mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e em minha classe, o riso que provoço, o afastamento em relação a mim produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. Ademais, a coerção, mesmo sendo apenas indireta, continua sendo eficaz. Não sou obrigado a falar francês com meus compatriotas, nem a empregar as moedas legais; mas é impossível agir de outro modo. Se eu quisesse escapar a essa necessidade, minha tentativa fracassaria miseravelmente. Industrial, nada me proíbe de trabalhar com procedimentos e métodos do século passado; mas, se o fizer, é certo que me arruinarei. Ainda que, de fato, eu possa libertar-me dessas regras e violá-las com sucesso, isso jamais ocorre sem que eu seja obrigado a lutar contra elas. E ainda que elas sejam finalmente vencidas, demonstram suficientemente sua força coercitiva pela resistência que opõem. Não há inovador, mesmo afortunado, cujos empreendimentos não venham a deparar com oposições desse tipo.

Eis portanto uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Esses fatos constituem portanto uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada e reservada a qualificação de sociais. Essa qualificação lhes convém; pois é claro que, não tendo o indivíduo por substrato, eles não podem ter outro senão a sociedade, seja a sociedade política em seu conjunto, seja um dos grupos parciais que ela encerra: confissões religiosas, escolas políticas, literárias, corporações profissionais, etc. Por outro lado, é a eles só que ela convém; pois a palavra social só tem sentido definido com a condição de designar unicamente fenômenos que não se incluem em nenhuma das categorias de fatos já constituídos e denominados. Eles são portanto o domínio próprio da sociologia. É verdade que a palavra coerção, pela qual os definimos, pode vira assustar os zelosos defensores de um individualismo absoluto. Como estes professam que o indivíduo é perfeitamente autônomo, julgam que o diminuímos sempre que mostramos que ele não depende apenas de si mesmo. Sendo hoje incontestável, porém, que a maior parte de nossas idéias e de nossas tendências não é elaborada por nós, mas nos vem de fora, elas só podem penetrar em nós impondo-se; eis tudo o que significa nossa definição. Sabe-se, aliás, que nem toda coerção social exclui necessariamente a personalidade individual.

Entretanto, como os exemplos que acabamos de citar (regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros,

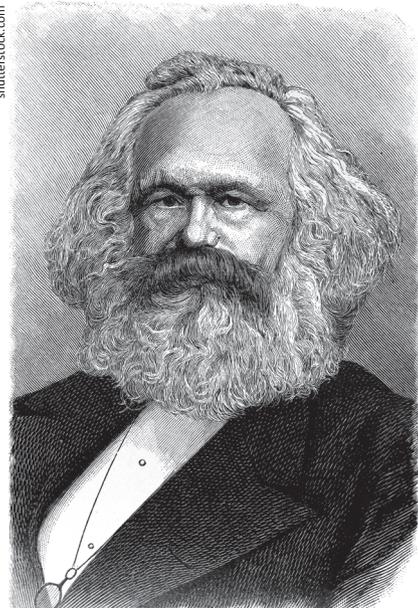
etc.) consistem todos em crenças e em práticas constituídas, poder-se-ia supor, com base no que precede, que só há fato social onde há organização definida. Mas existem outros fatos que, sem apresentar essas formas cristalizadas, têm a mesma objetividade e a mesma ascendência sobre o indivíduo. É o que chamamos de correntes sociais.

Assim, numa assembleia, os grandes movimentos de entusiasmo ou de devoção que se produzem não têm por lugar de origem nenhuma consciência particular. Eles nos vêm, a cada um de nós, de fora e são capazes de nos arrebatar contra a nossa vontade. Certamente pode ocorrer que, entregando-me a eles sem reserva, eu não sinta a pressão que exercem sobre mim. Mas ela se acusa tão logo procuro lutar contra eles. Que um indivíduo tente se opor a uma dessas manifestações coletivas: os sentimentos que ele nega se voltarão contra ele.

Ora, se essa força de coerção externa se afirma com tal nitidez nos casos de resistência, é porque ela existe, ainda que inconsciente, nos casos contrários.

Somos então vítimas de uma ilusão que nos faz crer que elaboramos, nós mesmos, o que se impôs a nós de fora. Mas, se a complacência com que nos entregamos a essa força encobre a pressão sofrida, ela não a suprime. Assim, também o ar não deixa de ser pesado, embora não sintamos mais seu peso.

Mesmo que, de nossa parte, tenhamos colaborado espontaneamente para a emoção comum, a impressão que sentimos é muito diferente da que teríamos sentido se estivéssemos sozinhos. Assim, a partir do momento em que a assembleia se dissolve, em que essas influências cessam de agir sobre nós e nos vemos de novo a sós, os sentimentos vividos nos dão a impressão de algo estranho no qual não mais nos reconhecemos. Então nos damos conta de que sofremos esses sentimentos bem mais do que os produzimos. Pode acontecer até que nos causem horror, tanto eram contrários à nossa natureza. É assim que indivíduos perfeitamente inofensivos na maior parte do tempo podem ser levados a atos de atrocidade quando reunidos em multidão. Ora, o que dizemos dessas explosões passageiras aplica-se identicamente aos movimentos de opinião, mais duráveis, que se produzem a todo instante a nosso redor, seja em toda a extensão da sociedade, seja em círculos mais restritos, sobre assuntos religiosos, políticos, literários, artísticos, etc. (*idem*)



KARL MARX (1818-1883)

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.”

“Os homens fazem a sua própria história, mas não o fazem como querem... a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

“Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas.”

Karl Marx (1818-1883) nasceu em Treves na Alemanha, matriculou-se na Universidade de Berlim em 1836 e doutorou-se em filosofia em Lena, em 1845 participou da Liga dos Comunistas em Bruxelas principais obras foram: A ideologia Alemã, Miséria da filosofia, Para a crítica da economia política, A luta de classes em França, O Manifesto Comunista, Manuscritos Econômicos e O Capital. Em julho de 1836, cumprindo o desejo de seu pai, Marx matriculou-se na Universidade de Berlim para concluir seus estudos. Apaixonou-se pela História e Filosofia, afastando-se cada vez mais do Direito. Marx participou diretamente das discussões e trabalhos do grupo de Berlim à respeito do hegelianismo (pensamento dominante da Berlim da época). Voltou a Treves em 1841 trazendo na bagagem uma série de textos incompletos, abrangendo os mais diversos estudos: crítica da escola histórica do Direito, análise da arte cristã e outros mais. Karl Marx escreveu também artigos para revistas e jornais na Alemanha,

França e Inglaterra. Fazia forte crítica ao sistema capitalista e ao Estado moderno que geravam grandes desigualdades sociais. Proclamava a luta de classes e defendia o direito do proletariado aos meios de produção, além do fim da propriedade privada.

Devido às suas idéias Marx sofreu várias perseguições exilando-se em países com França e Bruxelas.

Em Bruxelas Marx continuou a ocupar-se de política. Participou da recém-fundada Liga dos Comunistas. Foi para o segundo congresso da Liga que Marx e Friedrich Engels prepararam o célebre Manifesto Comunista. O texto abre-se com uma análise da luta de classes e termina por convocar os operários do mundo à união.

Em Londres Marx fixou residência definitivamente. Por oito anos colaborou com dois artigos semanais no New York Tribune que, no entanto, não lhe garantia um rendimento regular, passando por várias privações. O mais importante para sua sobrevivência era o auxílio de Engels que o socorria sistematicamente. Em 1872 saiu a primeira tradução de O Capital, na Rússia, e logo

depois na França. Marx, entretanto, não chegou a ver a tradução inglesa que tanto esperava pois faleceu em 1883.

As ideias de Karl Marx encontraram eco numa época em que uma leva de operários se encontrava insatisfeita com os rumos da industrialização — processo tardio na Alemanha. Foi nessa Alemanha agitada que surgiram as ideias que tornariam o marxismo um fantasma para as elites burguesas detentoras do capital e dos meios de produção.

O marxismo foi corrosivo porque talvez tenha sido a primeira teoria a desnudar, radicalmente, o sistema capitalista, mostrando os seus pontos negativos e propondo outro modelo de sociedade e de sistema econômico, cuja base era o comunismo.

A teoria marxista se desdobra a partir da análise social e econômica, observando o grande avanço técnico e científico que aumentou o poder de exploração da natureza, o aumento da produção e o enriquecimento de um determinado segmento da sociedade. Todavia, observou também o processo de empobrecimento, a exploração do trabalho e sua jornada abusiva e as condições desumanas do trabalhador. A teoria marxista, ao contrário das grandes teorias que analisava o século XIX como o ápice do progresso e evolução, constatou a decadência de uma Europa que se industrializava a ritmo frenético e desenfreado.

O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO



O fundamento dessa tese parte do princípio de que, no sistema capitalista cuja lógica é a produção e o consumo, a vida dos indivíduos, seu jeito de ser, pensar e se relacionar socialmente com as pessoas é marcada pelas relações de produção. Daí decorre o processo de estratificação social, justificando a desigualdade social que é denominada por Marx de Luta de classes sociais.

A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação³ e companheiro, numa palavra, o opressor e o oprimido permaneceram em constante oposição um ao outro, levada a efeito numa guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou, cada vez, ou pela reconstituição revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das classes em conflito.

Desde as épocas mais remotas da história, encontramos, em praticamente toda parte, uma complexa divisão da sociedade em classes diferentes, uma gradação múltipla das condições sociais. Na Roma Antiga, temos os patrícios, os guerreiros, os plebeus, os escravos; na Idade Média, os senhores, os vassallos, os mestres, os companheiros, os aprendizes, os servos; e, em quase todas essas classes, outras camadas subordinadas.

A sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas.

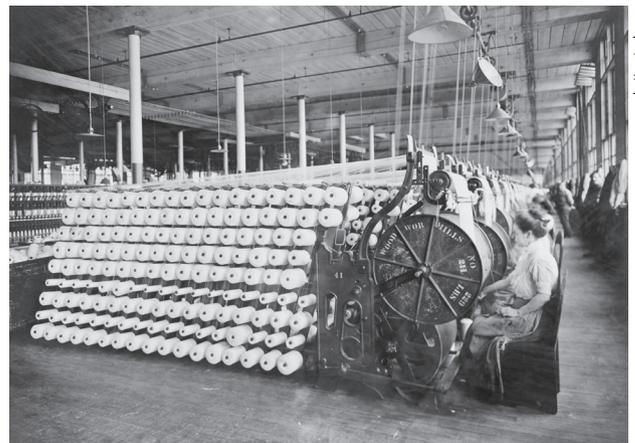
(O Manifesto Comunista)

Nesse aspecto o materialismo histórico dialético se constitui como um método de investigação, resultado de uma fusão teórica conjugada pelo elemento da filosofia que é a dialética, cujo significado é a contradição, e o materialismo que compõe os elementos do método científico. Essa conjugação teórica foi a causa da constatação de como os indivíduos produziram ao longo da história e quais eram as relações decorrentes desse modelo de produção — chamado por Marx de modos de produção. Dessa forma, são as relações de produção que determinam as relações entre as pessoas. Esse fato levou Marx a afirmar que não é a consciência dos indivíduos que determina sua realidade, mas é a realidade que determina a consciência dos indivíduos.

A SOFISTICAÇÃO DA MAIS VALIA ATRAVÉS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

O materialismo histórico é o mecanismo usado por Marx para estudar os modos de produção constatando a luta de classes sociais. Em outras palavras, a desigualdade social não é consequência da natureza, nem obra do destino e muito menos uma suposta vontade divina como acreditavam os senhores e os servos no sistema feudal.

A grande novidade da teoria marxista foi relacionar o sistema econômico com a desigualdade social. Portanto qualquer mudança para eliminar a luta de classe passaria primeiro por uma mudança radical do sistema de produção capitalista.



shutterstock.com



A pintora Tarsila do Amaral expressa o mundo do trabalho: um grande número de rostos colocados lado a lado, todos sérios; nenhum sorriso, pois a preocupação não deixa lugar para a alegria. São pessoas que nos olham fixamente como a nos lembrar que é duro o trabalho nas fábricas, presentes na obra sob a forma de um prédio austero e chaminés cinzentas.

Marx via nesse processo histórico dos modos de produção um sentido evolutivo porque para ele o ápice do capitalismo seria, ao mesmo tempo, o seu colapso. Por isso afirmou no Manifesto Comunista “tudo que leva ao ápice, leva também ao colapso. Os capitalistas são iguais aos coveiros, cavando suas próprias covas”. Dessa forma, Marx decretava a necessidade do fim da burguesia — como detentora dos modos de produção — por meio de uma união internacional do proletariado: “operários do mundo inteiro, uni-vos”. Destituída do poder econômico e político a burguesia seria submetida à ditadura do proletariado, sendo esta a responsável pela posse dos meios de produção. Contudo, nada disso ocorreria sem a tomada de consciência de classe que Marx denominou de práxis.

Um espectro ronda a Europa é o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa uniram-se numa Santa Aliança para exorcismá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais franceses e os espiões da polícia alemã.

Qual o partido de oposição que não foi acusado de comunista por seus adversários no poder? Qual o partido de oposição que também não lançou contra seus adversários progressistas ou reacionários o estigma do comunismo? Daí decorrem duas conclusões:

I – O comunismo já é considerado uma força por todas as potências da Europa.

II – Já é tempo dos comunistas publicarem abertamente, diante de todo o mundo, suas ideias, seus fins, suas tendências, opondo à lenda do comunismo um manifesto do próprio partido. Para isso, comunistas de várias nacionalidades reuniram-se em Londres e redigiram o manifesto seguinte, a ser publicado em inglês, francês, italiano, flamengo e dinamarquês.

A práxis é ação do indivíduo, consciente da sua história, que tem como objetivo a transformação da realidade social em que vive. Marx propõe, portanto, uma junção entre a teoria e a prática porque as ideias revolucionárias levam a uma prática revolucionária. *(idem)*



O quadro, "Segunda Classe"(acima), é uma expressão do crescimento capitalista no Brasil e do preço pago pelos trabalhadores para que seu êxito fosse garantido.

A IDEOLOGIA E A ALIENAÇÃO

Na teoria marxista a ideologia tem um significado negativo porque ela é a causa da alienação. Dessa forma a ideologia passa a ser um fenômeno social que tem como principal objetivo a distorção da realidade e o maquiamento da mesma para atender aos interesses da classe dominante.

A palavra alienação pode ter vários significados, no entanto, para Maria Cristina Costa, ela representou uma variação ao longo do seu desenvolvimento que teve, na teoria marxista, o seu significado mais significativo. Por isso ela afirma: "A palavra alienação tem um conteúdo jurídico que designa a transferência ou venda de um bem ou direito. Mas, desde a publicação da obra de Rousseau (1712-1778), passa a predominar para o termo a ideia de privação, falta ou exclusão. Filósofos alemães, como Hegel e Feuerbach, também fazem uso da palavra, emprestando-lhe um sentido de desumanização e injustiça que será absorvido por Marx. Este faz do conceito uma peça chave de sua teoria para a compreensão da exploração econômica exercida sobre o trabalhador no capitalismo. A indústria, a propriedade privada e o assalariamento alienavam ou separavam o operário dos meios de produção – ferramentas, matéria-prima, terra e máquina – e do fruto de seu trabalho, que se tornaram propriedade privada do empresário capitalista". Portanto, o entendimento mais próximo da ideia marxista sobre a alienação é a perda da capacidade crítica a qual o indivíduo se submete através da ideologia.



OBRIGADO PELA ARTIFICIALIDADE DAS SOLUÇÕES RÁPIDAS E PELA MANIPULAÇÃO TRAIÇOEIRA DOS DESEJOS HUMANOS PARA FINS COMERCIAIS.



Até agora, os homens formaram sempre idéias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal, etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar; apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações. Libertemo-los portanto das quimeras, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários cujo jugo os faz degenerar.

Revoltemo-nos contra o império dessas idéias. Ensinamos os homens a substituir essas ilusões por pensamentos que correspondam à essência do homem, afirma um; a ter perante elas uma atitude crítica, afirma outro; a tirá-las da cabeça, diz um terceiro e a realidade existente desaparecerá.

Estes sonhos inocentes e pueris formam o núcleo da filosofia atual dos Jovens Hegelianos; e, na Alemanha, são não só acolhidas pelo público com um misto de respeito e pavor como ainda apresentadas pelos próprios heróis filosóficos com a solene convicção de que tais idéias, de uma virulência criminosa, constituem para o inundo um perigo revolucionário. O primeiro volume desta obra propõe-se desmascarar estas ovelhas que se julgam lobos e que são tomadas como lobas mostrando que os seus balidos apenas repetem numa linguagem filosófica as representações dos burgueses alemães e que as suas fanfarronadas se limitam a refletir a pobreza lastimosa da realidade alemã; propõe-se ridicularizar e desacreditar esse combate filosófico contra assombras da realidade que tanto agrada à sonolência sonhadora do povo alemão.

(A Ideologia Alemã)

TEXTO COMPLEMENTAR I

90 ANOS DO MANIFESTO COMUNISTA

Leon Trotsky

CUSTA ACREDITAR QUE APENAS DEZ ANOS nos separam do centenário do Manifesto Comunista! Este manifesto, o mais genial entre todos os da literatura mundial, surpreende-nos ainda hoje pela sua atualidade. Suas partes mais importantes parecem ter sido escritas ontem. Sem dúvida alguma, os jovens autores (Marx tinha 29 anos e Engels, 27) souberam antever o futuro como ninguém antes e como poucos depois deles.

No prefácio à edição de 1872, Marx e Engels afirmaram que, mesmo tendo certos trechos secundários do Manifesto envelhecido, não tinham o direito de modificar o texto original, visto que, no decorrer dos 25 anos então passados, ele já se transformara em um documento histórico. De lá para cá mais 65 anos transcorreram. Algumas partes isoladas envelheceram ainda mais. Consequentemente, neste prefácio apresentaremos, de forma resumida, as idéias do Manifesto que, até nossos dias, conservam integralmente sua força e aquelas que necessitam de sérias modificações ou complementos.

A concepção materialista da História, formulada por Marx pouco tempo antes da aparição do texto e que nele se encontra aplicada com perfeita maestria, resistiu completamente à prova dos acontecimentos e aos golpes da crítica hostil. Constitui-se, atualmente, em um dos mais preciosos instrumentos do pensamento humano.

Todas as outras interpretações do processo histórico perderam todo significado científico.

Podemos afirmar, com segurança, que atualmente é impossível não apenas ser um militante revolucionário, mas simplesmente um observador politicamente instruído sem assimilar a interpretação materialista da História.

"A História de todas as sociedades até os nossos dias não foi senão a história das lutas de classes". O primeiro capítulo do Manifesto começa por esta frase.

Esta tese, que constitui a mais importante conclusão da concepção materialista da História, em pouco tempo transformou-se em elemento da luta de classes. A teoria que trocava o "bem-estar comum", a "unidade nacional" e as "verdades eternas da moral" pela luta entre interesses materiais, considerados como a força motriz da História, sofreu ataques particularmente ferozes da parte de reacionários hipócritas, doutrinários liberais e democratas idealistas. A eles acrescentaram-se mais tarde, desta vez a partir do próprio movimento operário, os ataques dos chamados revisionistas, isto é, dos partidários da revisão do marxismo em favor da colaboração e conciliação de classes. Finalmente, em nossa época, os desprezíveis epígonos da Internacional Comunista (os stalinistas) tomaram o mesmo caminho: a política daquilo a que se dá o nome "frentes populares" decorre, inteiramente, da negação das leis da luta de classes. Entretanto, vivemos na época do imperialismo que, levando todas as contradições sociais ao seu extremo, demonstra o triunfo teórico do *Manifesto Comunista*.

A POSIÇÃO ENTRE A CONCEPÇÃO MATERIALISTA E A IDEALISTA

De acordo com certos ideólogos alemães, a Alemanha teria sido nestes últimos anos o teatro de uma revolução sem precedentes. O processo de decomposição do sistema hegeliano, iniciado com Strauss, teria dado origem a uma fermentação universal para a qual teriam sido arrastadas todas as "potências do passado". Nesse caos universal, formaram-se impérios poderosos que depois sofreram uma derrocada imponente, surgiram heróis efêmeros mais tarde derrubados por rivais audazes e mais poderosos. Perante uma tal revolução. A Revolução francesa não foi mais do que uma brincadeira de crianças e os combates dos diádocos parecem-nos mesquinhos. Os princípios foram substituídos, os heróis do pensamento derrubaram-se uns aos outros: de 1842 a 1845, o solo alemão foi mais revolvido do que nos três séculos anteriores.

E tudo isto se teria passado nos domínios do pensamento puro. Trata-se, com efeito, de um acontecimento interessante: o processo de decomposição do espírito absoluto. Depois de se extinguir a sua última centelha de vida, os diversos elementos deste caput mortuum entraram em decomposição, formaram novas combinações e constituíram novas substâncias. Os industriais da filosofia, que até então viviam da exploração do espírito absoluto, ocuparam-se imediatamente dessas novas combinações, procurando com todo o zelo fazer render a parte que lhes coubera. Mas também aqui havia concorrência... No início, esta foi praticada de uma forma bastante séria e burguesa; mais tarde, quando o mercado alemão ficou saturado e se verificou ser impossível, apesar de todos os esforços, escoar a mercadoria no mercado mundial, o negócio foi viciado, como é habitual na Alemanha, por uma produção inferior, pela alteração da qualidade, pela adulteração da matéria-prima, a falsificação dos rótulos, as vendas fictícias, os cheques sem cobertura e a instauração de um sistema de crédito sem qualquer base concreta. Esta concorrência deu origem a uma luta encarniçada que nos é agora apresentada e enaltecida como uma revolução histórica que teria conseguido prodigiosos resultados e conquistas.

Mas para ter uma ideia justa desta charlatanice filosófica que desperta no coração do honesto burguês alemão um agradável sentimento nacional, para dar uma ideia concreta da mesquinhaz, da pequenez provinciana de todo este movimento jovem-hegeliano, e especialmente de todo o contraste trágico-cômico entre aquilo que estes heróis realmente fariam e o que julgam fazer, é necessário examinar todo este espetáculo de um ponto de vista exterior à Alemanha.

Torna-se assim evidente que os jovens hegelianos devem lutar" apenas contra estas ilusões da consciência.

Como, na sua imaginação, as relações entre os homens, todos os seus atos e os seus gostos, as suas cadeias e os seus limites, são produtos da consciência, os jovens-hegelianos. coerentes consigo mesmos, propõem aos homens este postulado moral: substituir a sua consciência atual pela consciência humana crítica ou egoísta e, ao fazê-lo abolir os seus limites, Exigir uma tal transformação da consciência significa interpretar diferentemente aquilo que existe, isto é, aceitá-lo com uma interpretação diferente. Apesar das suas frases pomposas, que "revolucionam o mundo", os ideólogos da escola jovem-hegeliana são os maiores conservadores. Os mais jovens encontraram uma expressão exata fraseologia para qualificar a sua atividade quando afirmam lutar unicamente contra uma "fraseologia"; esquecem-se porém de que apenas lhe opõem uma outra fraseologia e de que não é lutando contra a fraseologia de um mundo, que se luta com o mundo que realmente existe. Os únicos resultados que se conseguiram com esta crítica filosófica foram alguns esclarecimentos quanto à história religiosa — e mesmo isto de um ponto de vista muito limitado — do cristianismo; todas as suas outras afirmações constituem novas formas de ornamentar a sua pretensão de terem realizado descobertas de importância histórica quando, de fato, não foram mais do que esclarecimentos insignificantes.

Nenhum destes filósofos se lembrou de perguntar qual seria a relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a relação entre a sua crítica e o seu próprio meio material.

(A Ideologia Alemã)

“Há atos humanos que, considerados isoladamente, são impregnados pela nossa sensibilidade valorativa com as cores mais deslumbrantes, mas que, pelas consequências a que dão origem, acabam fundindo-se na cinzenta infinidade do historicamente indiferente, ou que antes, como geralmente sucede, entrecruzando-se com outros eventos do destino histórico, acabam mudando tanto na dimensão como na natureza do seu sentido, até tornar-se irreconhecíveis.”

Max Weber nasceu na cidade de Erfurt (Alemanha) em 21 de abril de 1864. Foi um dos mais importantes fundadores da sociologia. Além disso foi jurista, historiador e economista. Seus estudos mais importantes estão na área da Política, Religião, Economia, Administração e Direito. Prestou assessoria aos negociadores da Alemanha no Tratado de Versalhes e à comissão que redigiu a Constituição de Weimar. As principais obras são: A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo (1903), Estudos sobre sociologia e a Religião, Estudo sobre Metodologia (1922), Política com Vocação. Morreu na Cidade de Munique em 1920.



Max Weber (1864-1920)

O conceito de tipo ideal corresponde, no pensamento weberiano, a um processo de conceituação que abstrai de fenômenos concretos o que existe de particular, constituindo assim um conceito individualizante ou, nas palavras do próprio Weber, um “conceito histórico concreto”. A ênfase na caracterização sistemática dos padrões individuais concretos (característica das ciências humanas) opõe a conceituação típico-ideal à conceituação generalizadora, tal como esta é conhecida nas ciências naturais.

Diferentemente de Durkheim, Weber concentrou seus estudos no comportamento individual porque partia do princípio de que era o indivíduo que determinava a sociedade. A esse comportamento individual deu o nome de **ação social** porque a ação do indivíduo não é isolada, mas serve ou segue um referencial. Dessa forma, os valores sociais nada mais são do que uma gama de tantos e tantos referenciais que seguimos, tonando-nos, também, referenciais para outras pessoas. Em fim, para Weber, ou seguimos ou somos referencial para alguém. Porém, uma ação social somente gera relação social quando esta for dotada de sentido, estabelecendo valores coletivos. Portanto, a moral vigente numa determinada sociedade é o resultado de comportamentos particulares.

A análise weberiana sobre as relações sociais estabelece, portanto, além de uma interpretação a partir da história, o pressuposto conceitual da conduta individual. Se para Durkheim o objeto de estudo da sociologia era o fato social, na sociologia de Weber passou a ser a ação social. Constatou através dessa formulação teórica os seguintes aspectos:

- **A subjetividade do indivíduo na relação social;**
- **A intencionalidade que oferece sentido na relação com o outro.**

A ação social de Weber, portanto, é o comportamento do indivíduo tanto no sentido privado quanto no sentido público, podendo ser classificada da seguinte forma:

- **Ação social racional em relação a fins:** quando o sentido da ação do indivíduo teve como motivação um determinado objetivo a ser alcançado. Por isso, demandou planejamento, racionalidade. Metas a serem cumpridas. Esse tipo de ação social gerou, segundo Weber, um tipo de dominação — denominada de dominação legítima — sobre alguns indivíduos cuja base principal está determinada pela liderança com foco nos fins a serem alcançados;
- **Ação social racional em relação a valores:** quando o comportamento do indivíduo é motivado por valores morais ou princípios éticos tais como lealdade, fidelidade, honra etc;
- **Ação social afetiva:** quando o sentido da ação do indivíduo é determinada por fortes emoções como por exemplo a paixão, não levando em consideração o aspecto racional. Podemos relacionar esse tipo de ação social com a dominação carismática, segundo a qual a influência sobre os demais ocorre pelo forte apelo emotivo;
- **Ação social tradicional:** quando o sentido da ação do indivíduo é determinado ou motivado pelos costumes transmitido por outros indivíduos. A força dos hábitos estabelecem uma motivação para a atitude dos indivíduos perante a coletividade. Esse tipo de ação social estabelece uma **dominação tradicional**. A autoridade do pai em relação ao filho é um bom exemplo para compreendermos tanto a ação social tradicional quanto para entendermos a relação de dominação que dela decorre.

O MÉTODO COMPREENSIVO

Consciente das hipóteses filosóficas que pesavam nas investigações historicistas, Weber se opõe a toda teologia (judaico-cristã), ontologia e axiologia que tiveram pretensões de alcançar a universalidade e o absoluto na determinação do princípio e do sentido da história. Weber fará suas as exigências historicistas relacionadas com a “compreensão do sentido”, com o “indivíduo histórico”, a teleologia, o “universal concreto”, mas, ao mesmo tempo, tentará reelaborá-las de maneira que não excluam a necessidade do conceito, a formação de enunciados causais e a comprovação empírica dos mesmos.



Max Weber formulou o método compreensivo que consiste na necessidade do cientista voltar sempre ao passado, fazendo nexos entre os acontecimentos, aparentemente, descontextualizado para melhor compreender os fatos do presente. Dessa forma, ao contrário dos seus predecessores, o passado cultural, político, moral e social formam uma importante fonte documental para o aprofundamento da pesquisa. Podemos citar, como exemplo, o problema do preconceito racial atualmente no Brasil. Essa questão só pode ser compreendida na sua profundidade e complexidade se o cientista social voltar ao passado colonial para constatar como as relações sociais se cristalizaram e, através dos nexos, observar como as mesmas se perpetuaram no decorrer da história, configurando-se na sociedade brasileira atual.

“Nas ciências da realidade humana deve-se distinguir duas orientações: uma no sentido da história, do relato daquilo que não acontecerá uma segunda vez, a outra no sentido da sociologia, isto é, da reconstrução conceitual das instituições sociais e do seu funcionamento. Estas duas orientações são complementares. Max Weber nunca diria, como Durkheim, que a curiosidade histórica deve subordinar-se à investigação de generalidades. Quando o objeto do conhecimento é a humanidade, é legítimo o interesse pelas características singulares de um indivíduo, de uma época ou de um grupo, tanto quanto pelas leis que comandam o funcionamento e o desenvolvimento das sociedades (...) A ciência weberiana se define, assim, como um esforço destinado a compreender e a explicar os valores aos quais os homens aderiram, e as obras que construíram”

(Raymond Aron, As etapas do pensamento sociológico)

A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO



Senhor holandês lendo jornal na casa de uma tecelã, 1673 (Adriaen van Ostade)

Uma das obras mais importantes de Weber, "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", que deu especial atenção ao movimento religioso do fim século XVI — o protestantismo calvinista — através do qual constatou a sua profunda interferência no desenvolvimento do capitalismo, compondo suas principais ideias. A próprio Weber pontua, nas notas introdutórias do livro, observando que "...uma simples olhada nas estatísticas ocupacionais de qualquer país de composição religiosa mista mostrará, com notável frequência, uma situação que muitas vezes provocou discussões na imprensa e literatura católicas e nos congressos católicos, principalmente na Alemanha: o fato que os homens de negócios e donos do capital, assim como os trabalhadores mais especializados e o pessoal mais habilitado técnica e comercialmente das modernas empresas é predominantemente protestante." Com isso, concluiu que, de fato, ocorreu uma incidência dos valores religiosos protestantes nos princípios basilares do capitalismo moderno. Ademais, concluiu Weber: "este fato não se verifica apenas onde a diferença de religião coincide com uma nacionalidade, e portanto, com seu desenvolvimento cultural, como no caso da Alemanha oriental e da Polônia. Observamos a mesma coisa onde se fez levantamentos de filiação religiosa, por onde quer que o capitalismo, na época de sua grande expansão, pôde alterar a distribuição social conforme suas necessidades e determinar a estrutura ocupacional."



O vendedor de peixe (1672), Adriaen van Ostade.

Weber, portanto, teve como ponto de partida a ética, o comportamento, dos adeptos protestantes – notadamente homens que tinham vocação para os negócios – e o vínculo com o desenvolvimento do capitalismo. Essa relação, segundo Weber, ocorreu principalmente com a **noção que os calvinistas tinham a respeito do trabalho** e a máxima apregoada de que o trabalho dignificava o homem e, por isso, não se podia perder tempo. Aliás, o tempo é tratado dentro dessa visão religiosa como possibilidade de acúmulo financeiro e como a lógica para a prosperidade.

Esse **comportamento puritano**, a austeridade financeira, a disciplina da poupança, o investimento e a ideia do trabalho como uma coisa sagrada, são os exemplos citados por Weber para comprovar a relação existente entre a educação protestante e as ideias capitalistas. A relação familiar protestante consolidou princípio que fortaleceram a formação especializada para o mundo do trabalho e dentro de uma lógica da produção cuja finalidade era a obtenção do lucro. Este era colocado como critério essencial para que o indivíduo crente e temente a Deus fosse classificado como um predestinado.

A explicação desses casos é, sem dúvidas que as peculiaridades mentais e espirituais adquiridas do meio ambiente, especialmente do tipo de educação favorecido pela atmosfera religiosa da família e do lar, determinaram a escolha da ocupação e, por isso, da carreira.

A menor participação dos católicos na moderna vida de negócios da Alemanha é tão notável justamente porque contraria a tendência observada em todos os tempos. Até mesmo no presente. As minorias nacionais ou religiosas, em posição de subordinação em relação a um grupo de governantes, pela sua exclusão voluntária ou involuntária das posições de influência política, são aparentemente engajadas com especial vigor nas atividades econômicas. Seus membros mais aptos buscam o reconhecimento de suas habilidades nesse campo, uma vez que não há oportunidades a serviço do Estado (...) Mas os católicos da Alemanha não mostraram nenhuma evidência desse tipo.

Também no passado, contrariamente aos protestantes quer da Holanda quer da Inglaterra, na época em que eram perseguidos ou apenas tolerados, não alcançaram desenvolvimento econômico relevante. Resta, por outro lado, observar o fato de os protestantes (especialmente certos ramos do movimento, que serão amplamente discutidos adiante), quer como classe dirigente, quer como subordinada, tanto em maioria como em minoria, terem mostrado uma especial tendência para desenvolver o racionalismo econômico, fato que não pode ser observado entre os católicos em qualquer das situações citadas. A explicação principal de tais diferenças deve ser procurada no caráter intrínseco permanente de suas crenças religiosas, e não apenas em suas situações temporárias externas, históricas e políticas.

TEXTO COMPLEMENTAR I

O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

No título deste estudo usamos a frase, algo pretensiosa, o espírito do capitalismo. O que se entende por isso? A tentativa de dar qualquer definição para isso implica em certas dificuldades, inerentes à natureza deste tipo de investigação.

Se puder ser encontrado algo a que se possa aplicar esse termo, com algum significado compreensível, só poderá ser uma individualidade histórica, isto é, um complexo de elementos associados na realidade histórica que nós aglutinamos em um todo conceitual, do ponto de vista de seu significado cultural.

Tal conceituação histórica, contudo, uma vez que seu conteúdo se refere a um fenômeno significativo por sua individualidade única, não pode ser definida pela fórmula *genus proximum, differentia specifica*, mas deve ser montada gradualmente de suas partes individuais, tomadas da realidade histórica que a constituem. Por isso, o conceito final e definitivo não poderá ser encontrado no início, mas aparecerá no fim da investigação.

Em outras palavras, devemos trabalhar, ao longo da discussão, para o seu principal resultado, ou seja, a melhor formulação conceitual do que se entende aqui por espírito do capitalismo, isto é, a melhor do ponto de vista que nos interessa aqui. Esse ponto de vista (do qual falaremos adiante) não é, de mais a mais, o único possível a partir do qual se podem analisar os fenômenos históricos que investigamos. Outros pontos de vista produziram, para esse como para qualquer outro fenômeno histórico, outras características essenciais. Como resultado disso, não é necessário compreender como espírito do capitalismo somente aquilo que viria a significar para nós, para os propósitos da nossa análise.

Esse é um resultado necessário da natureza dos conceitos históricos que tentam, para suas finalidades metodológicas, apanhar a realidade histórica não em uma forma abstrata e geral, mas em concretos conjuntos genéticos de relações, inevitavelmente de caráter individual, e especificamente únicos.

Por isso, se tentarmos determinar o objeto, a análise e explicação histórica tentadas não podem ser feitas na forma de definição conceitual, mas, ao menos no início, como uma descrição provisória do que entendemos aqui por espírito do capitalismo. Tal descrição é entretanto indispensável para uma compreensão clara do objetivo da investigação. Com essa finalidade, remetemo-nos a um documento desse espírito, que contém, em uma pureza quase clássica, aquilo que buscamos — com a vantagem de ser ao mesmo tempo livre de qualquer relação direta com a religião, sendo pois, para os nossos propósitos, livre de preconceitos.

"Lembre-se que o tempo é dinheiro". Para aquele que pode ganhar dez shillings por dia pelo seu trabalho e vai passear ou fica ocioso metade do dia, apesar de não gastar mais que seis pense em sua vadiagem ou diversão, não deve ser computada apenas essa despesa; ele gastou, ou melhor, jogou fora. mais cinco shillings.

"Lembre-se que o crédito é dinheiro. Se um homem deixa seu dinheiro em minhas mãos por mais tempo que o devido, está me dando os juros, ou tudo o que eu possa fazer com ele durante esse tempo. Isto atinge somas consideráveis quando alguém goza de bom e amplo crédito, e faz dele bom uso. "Lembre-se que o dinheiro é de natureza prolífica e geradora. O dinheiro pode gerar dinheiro, e seu produto gerar mais, e assim por diante. Cinco shillings circulando são seis; circulando de novo são sete e três pence e assim por diante, até se tornarem cem libras.

Quanto mais dele houver, mais produz a cada aplicação, de modo que seus juros aumentam cada vez mais rapidamente. Aquele que mata uma porca prenhe, destrói sua descendência até a milésima geração. Aquele que "mata" uma coroa, destrói tudo aquilo que poderia ter produzido, até muitas libras". "Lembre-se do ditado: O bom pagador é dono da bolsa alheia. Aquele que é conhecido por pagar exata e pontualmente na data prometida pode, a qualquer momento e em qualquer ocasião, levantar todo o dinheiro de que seus amigos possam dispor. Isso, por vezes, é de grande utilidade.

Além da industriiosidade e da frugalidade, nada contribui mais para a subida de um jovem na vida que a pontualidade e a justiça em todos os seus negócios; por isso, nunca mantenha dinheiro emprestado uma hora sequer além do tempo prometido, para que o desapontamento não feche para sempre, à bolsa de teus amigos".

"As menores ações que possam afetar o crédito de um homem devem ser levadas em conta.

O som do teu martelo às cinco da manhã ou às oito da noite, ouvido por um credor, te o tornará favorável por mais seis meses; mas se te vir à mesa de bilhar, ou ouvir tua voz na taverna quando deverias estar no trabalho, cobrará o dinheiro dele no dia seguinte, de uma vez, antes do tempo"

"Isto mostra, entre outras coisas, que estás consciente daquilo que tens; fará com que pareças um homem tão honesto como cuidadoso, e isso aumentará teu crédito."

"Não te permitas pensar que tens de fato tudo o que possuis, e viver de acordo. Esse é um erro em que caem muitos que têm crédito. Para evitar isso, mantenha por algum tempo uma contabilidade exata de tuas despesas e tuas receitas. Se, de início te deres ao trabalho de mencionar os detalhes, isso terá este bom efeito: descobrirás que mesmo pequenas e insignificantes despesas se acumulam em grandes somas, e discernirás o que poderia ter sido e o que poderá ser, no futuro, poupado sem causar grandes inconvenientes".

"Por seis libras anuais poderás desfrutar do uso de cem libras, desde que sejas um homem de reconhecida prudência e honestidade."

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01 Durkheim parte da proposição: 'cada sociedade tem sua moral'; o que todo mundo pode admitir. De fato, a moral da sociedade romana difere concretamente da moral do Estado soviético ou do Estado liberal norte-americano. É verdade que cada sociedade tem instituições, crenças ou práticas morais que lhe são próprias, e que caracterizam o tipo a que essas sociedades pertencem.

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 360-361.

São exemplos de instituições essenciais para a sociedade na concepção de Durkheim:

- A** Família, escola e Estado.
- B** Casamento, escola e classes sociais.
- C** Família, solidariedade mecânica e justiça.
- D** Política, solidariedade orgânica e classes sociais.

02 A interpretação da modernidade, de acordo com Émile Durkheim, é construída tendo em vista dois polos de sociedade que ele procura explicar a partir da solidariedade mecânica e da solidariedade orgânica.

Tendo em vista a solidariedade orgânica, o autor aponta suas características, considerando formas distintas de organização social, laços de solidariedade e tipo de direito, marcadas, respectivamente, pela

- A** divisão do trabalho social, por sociedades segmentadas e pelo direito repressivo.
- B** divisão do trabalho social, por sociedades diferenciadas e pelo direito restitutivo.
- C** consciência coletiva, pelas sociedades segmentadas e pelo direito repressivo.
- D** consciência coletiva, pelas sociedades diferenciadas e pelo direito restitutivo.

03 Uma das condições históricas para o desenvolvimento do capital foi o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, outra foi a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e material do trabalho. K. Marx, Formações econômicas pré-capitalistas.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 65.

Nesse trecho, Marx se refere à especificidade do trabalho na sociedade capitalista, quando comparado com as formações econômicas que a precederam. Com base nas informações fornecidas, é correto afirmar que,

- A** no feudalismo, diferentemente do que ocorre no capitalismo, o camponês, embora preso a um sistema de obrigações, era proprietário das ferramentas de trabalho.

- B** nas corporações de ofício, de forma semelhante ao que ocorre no capitalismo, havia a divisão social do trabalho.
- C** no capitalismo, diferentemente do que ocorreu no feudalismo, desaparece o camponês livre que cede a sua liberdade para dar lugar ao surgimento do assalariado.
- D** para desenvolver o capitalismo, os artesãos independentes da Idade Média compraram a sua liberdade e se transformaram em trabalhadores livres.

04 Ao contrário de outros pensadores sociológicos anteriores, Weber acreditava que a Sociologia deveria se concentrar na ação social e não nas estruturas.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 33.

De acordo com esta assertiva, Weber considera que

- A** as ideias, os valores e as crenças têm o poder de ocasionar transformações.
- B** o conflito de classes é o fator mais relevante para a mudança social.
- C** as estruturas existem externamente ou independentemente dos indivíduos.
- D** os fatores econômicos são os mais importantes para as transformações sociais.

05 Durkheim caracteriza o suicídio – até então considerado objeto de estudo da epidemiologia, da psicologia e da psiquiatria – como fato social e, por isso, dotado das características da coercitividade, da exterioridade, da generalidade. É tomado, pois, como objeto de estudo sociológico, em virtude do fato de

- A** variar na razão inversa ao grau de integração dos grupos sociais de que faz parte o indivíduo, ou seja, quanto maior o grau de integração ao grupo social, mais elevada é a taxa de mortalidade-suicídio da sociedade.
- B** ser possível observar uma certa predisposição social para fornecer determinado número de suicidas, ou seja, uma tendência constante, marcada pela permanência, a despeito de variações circunstanciais.
- C** configurar-se como uma morte que resulta direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente de um ato executado pela própria vítima.
- D** depender, exclusivamente, do temperamento do suicida, de seu caráter, de seu histórico familiar, de sua biografia, uma vez que não deixa de ser um ato do próprio indivíduo.

06 Em artigo intitulado “Clientelismo ainda domina política no interior do Brasil”, da BBC, de 27 de outubro de 2002,

o jornalista Paulo Cabral desenha o painel de parte da política nacional. Ele destaca que, em comício de uma certa deputada, um grande churrasco foi oferecido para os eleitores de uma vila: "Sob um sol escaldante, um caminhão de som tocava o jingle – forró da candidata a todo o volume, a população sentia o cheiro da carne sendo assada trancada dentro de uma casa. Comida, só quando chegasse a candidata".

BBC. Disponível em: . Acesso: 11 mar. 2013.

A relação descrita entre os eleitores e a candidata aproxima-se, na matriz teórica weberiana, de um tipo puro de relação de dominação, uma vez que

- A** inscreve-se como relação de poder em que a candidata aproveita-se de uma probabilidade de impor sua vontade, ainda que sem legitimidade.
- B** estabelece-se, retirando das relações os elementos não racionais, isto é, em evidente processo de desencantamento do mundo.
- C** sua natureza remonta uma tradição inimaginavelmente antiga e conduz ou orienta a ação habitual do eleitor para o conformismo.
- D** expõe características típicas das formas carismáticas de dominação, demonstrada pelo dom da graça extraordinário e pessoal manifesto nas práticas clientelistas.

07| Levando em consideração as relações do sistema de produção fordista e demais sistemas de produção e suas consequências, constata-se que o trabalho no sistema

- A** taylorista baseia-se em trabalhadores multifuncionais, sendo que cada posto de trabalho executa várias tarefas, a fim de diminuir os custos de produção.
- B** fordista caracteriza-se pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, proporcionando a alienação.
- C** fordista é repetitivo e parcelado, gerando trabalhadores felizes e satisfeitos por não necessitarem de longos processos de capacitação para o trabalho.
- D** toyotista tem a produção vinculada à demanda, ocasionando flexibilização e evitando, assim, as demissões e a precarização, além de possibilitar a utilização racional da força de trabalho.

08| O Egito passou recentemente por uma mudança política desencadeada por revolta popular, culminando na renúncia do presidente Hosni Mubarak que estava há 30 anos no poder. Além do Egito, os levantes no mundo árabe, inspirados no exemplo da Tunísia, espalharam-se por Jordânia, Iêmen, Argélia, Síria, Maurítânia, Sudão, Omã e outros países. Singular no caso do Egito é o papel importante que, nos últimos anos, as comunidades de jovens ativistas blogueiros vêm desempenhando no movimento de oposição. Nessa perspectiva, o ciberespaço

- A** tornou-se uma outra forma de controle pelo Estado, que estabelece quem são os provedores e quem terá acesso às informações, impossibilitando a formação de movimentos sociais.
- B** é caracterizado pelo manejo da informação, com consequências indiretas na cidadania.
- C** estabelece formas contemporâneas de sociabilidade, que são preferencialmente relações intensas de conveniência e inconsequentes no mundo real.
- D** é o espaço de emergência de novas sociabilidades, uma vez que nele se estabelecem construções de espaços simbólicos que podem gerar transformações ou novas relações culturais.

09| A estética nas diferentes sociedades vem geralmente acompanhada de marcas corporais que individualizam seus sujeitos e sua coletividade. Discos labiais, piercings, tatuagens, mutilações, pinturas, vestimentas, penteados e cortes de cabelo são algumas marcas reconhecíveis de um inventário possível das técnicas corporais em toda sua riqueza e diversidade. Embora universal, as formas das quais se valem os grupos e indivíduos para se marcar corporalmente são vistas, às vezes, como estranhas a indivíduos que pertencem a outros grupos.

Essa atitude de estranhamento em relação ao diferente é considerada conceitualmente como

- A** preconceito: reconhece no valor das raças o que é correto ou não na estética corporal.
- B** relativização: o outro é entendido nos seus próprios termos.
- C** etnocentrismo: só reconhece valor nos seus próprios elementos culturais.
- D** etnocídio: afasta o diferente e procura transformá-lo num igual.

Em uma passagem de *As Aventuras do Barão de Münchhausen*, personagem do folclore alemão, ele e seu cavalo encontram-se atolados em um pantanal e, para sair dessa situação, o Barão puxa a si mesmo pelo cabelo, levantando-se, com sua montaria, do terreno movediço. Em mais de uma ocasião, os sociólogos usaram essa metáfora para aludir ao modo pelo qual os positivistas procuravam um método objetivo, neutro, livre das ideologias.

10| Em oposição a essa suposta objetividade, Marx criticou veementemente os positivistas, uma vez que, para o autor,

- A** o método possui uma objetividade parcial, pois na escolha do objeto entra em ação a ideologia do autor, que não interfere, entretanto, na análise dos acontecimentos.
- B** a análise social, a partir da perspectiva do operariado, deve contribuir para a harmonia das relações sociais de produção.

A350°

